

**Felipe Novaes
Rodrigo Bello**

Manual de Prática Penal

2.^a edição

revista, atualizada e ampliada

Coordenação

Valedir Ribeiro Santos



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N815m

Novaes, Felipe

Manual de prática penal / Felipe Novaes, Rodrigo Bello ; coordenação Valedir Ribeiro Santos. – 2.^a ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5890-9

1. Processo penal - Brasil 2. Ordem dos Advogados do Brasil - Exames. 3. Direito - Brasil - Problemas, questões, exercícios I. Bello, Rodrigo. II. Santos, Valedir Ribeiro. III. Título.

13-02273

CDU: 34(81)

2.^a ed., 1.^a tir.: out./2014; 2.^a tir.: mar./2015.

SUMÁRIO

MANDAMENTOS PARA A APROVAÇÃO – CONHEÇA E RESPONDA A PROVA.....	17
1. TEMAS DE DIREITO PENAL.....	27
1.1 Aplicação da lei penal.....	27
1.1.1 Aplicação da lei penal no tempo.....	27
1.1.2 Aplicação da lei penal no espaço.....	30
1.2 Princípios penais.....	31
1.2.1 Princípio da intervenção mínima do direito penal.....	31
1.2.2 Princípio da lesividade.....	32
1.2.3 Princípio da legalidade (art. 5.º, XXXIX, CF e art. 1.º, CP) ou da reserva legal.....	33
1.2.4 Princípio da adequação social.....	33
1.2.5 Princípio da insignificância.....	34
1.3 Teoria do crime – Fato típico.....	34
1.3.1 Introdução.....	34
1.3.2 Conceito de crime.....	35
1.3.3 Fato típico.....	37
1.3.3.1 Conduta.....	37
1.3.3.2 Dolo e culpa como elementos da conduta.....	39
1.3.3.3 Resultado.....	43
1.3.3.4 Nexo causal.....	43
1.4 Teoria do crime – Antijuridicidade.....	49
1.4.1 Estado de necessidade.....	49
1.4.2 Legítima defesa.....	50
1.4.3 Estrito cumprimento de um dever legal.....	52
1.4.4 Exercício regular do direito.....	52
1.4.5 Consentimento do ofendido.....	52
1.5 Teoria do crime.....	54
1.5.1 Culpabilidade.....	54
1.5.2 Imputabilidade.....	55
1.5.3 Potencial consciência da ilicitude.....	57
1.5.4 Exigibilidade de conduta diversa.....	57
1.6 <i>Iter criminis</i>	58
1.6.1 <i>Iter criminis</i>	58

1.6.2	Tentativa	60
1.6.3	Desistência voluntária ou arrependimento eficaz.....	61
1.6.4	Arrependimento posterior.....	62
1.6.5	Crime impossível	63
1.7	Teoria do erro.....	64
1.7.1	Erro de tipo essencial	64
1.7.2	Erro de proibição.....	64
1.7.3	Descriminantes putativas.....	65
1.7.4	Erros acidentais	67
1.8	Concurso de pessoas	68
1.8.1	Introdução	68
1.8.2	Teoria monista do concurso de pessoas.....	69
1.8.3	Requisitos do concurso de pessoas.....	70
1.8.4	Autoria	70
1.8.5	Classificação do crime quanto ao sujeito ativo	72
1.8.6	Teorias acerca da punibilidade da participação.....	73
1.8.7	Comunicabilidade das circunstâncias no concurso de pessoas.....	74
1.8.8	Situações específicas	75
1.9	Teoria da pena	75
1.9.1	Princípios constitucionais.....	75
1.9.2	Espécies de pena	76
1.9.3	Penas privativas de liberdade.....	76
1.9.4	Restritivas de direito.....	81
1.9.5	Pena de multa	84
1.9.6	Dosimetria da pena	85
1.9.7	Concurso de crimes	93
1.9.8	Suspensão condicional da pena – <i>Sursis</i> penal.....	96
1.9.9	Livramento condicional	98
1.9.10	Medida de segurança.....	100
1.9.11	Extinção da punibilidade.....	102
1.9.12	Prescrição	105
1.10	Crimes contra a pessoa	109
1.10.1	Homicídio	109
1.10.2	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.....	112
1.10.3	Infanticídio.....	113
1.10.4	Aborto.....	115
1.10.5	Lesões corporais.....	119
1.10.6	Omissão de socorro	123
1.10.7	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial (crime incluído pela Lei 12.653, de 2012).....	125
1.11	Crimes contra a honra	126
1.11.1	Calúnia.....	126
1.11.2	Difamação.....	128
1.11.3	Injúria.....	129
1.11.4	Disposições comuns	132
1.12	Crimes contra a liberdade individual.....	135
1.12.1	Constrangimento ilegal.....	135
1.12.2	Ameaça	137
1.12.3	Sequestro ou cárcere privado.....	139
1.13	Dos crimes contra a inviolabilidade de domicílio.....	140
1.13.1	Violação de domicílio.....	140

1.14	Crimes contra o patrimônio	143
1.14.1	Furto	143
1.14.2	Furto de coisa comum	147
1.14.3	Roubo	148
1.14.4	Extorsão	151
1.14.5	Extorsão mediante sequestro	153
1.14.6	Extorsão indireta	154
1.14.7	Dano	155
1.14.8	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	157
1.14.9	Apropriação indébita	157
1.14.10	Apropriação indébita previdenciária	158
1.14.11	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	160
1.14.12	Estelionato	162
1.14.13	Receptação	164
1.14.14	Disposições gerais	167
1.15	Dos crimes contra a dignidade sexual	168
1.15.1	Estupro	168
1.15.2	Violação sexual mediante fraude	169
1.15.3	Assédio sexual	171
1.15.4	Estupro de vulnerável	171
1.15.5	Corrupção de menores	173
1.15.6	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	174
1.15.7	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	175
1.15.8	Disposições gerais – Legislação	176
1.16	Crimes contra a paz pública	178
1.16.1	Incitação ao crime	178
1.16.2	Apologia de crime ou criminoso	178
1.16.3	Associação criminosa	179
1.16.4	Constituição de milícia privada	180
1.17	Crimes contra a fé pública	181
1.17.1	Moeda falsa	181
1.17.2	Falsificação de documento público	183
1.17.3	Falsificação de documento particular	185
1.17.4	Falsidade ideológica	186
1.17.5	Uso de documento falso	187
1.18	Crimes contra a administração pública	188
1.18.1	Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral	188
1.18.1.1	Peculato	188
1.18.1.2	Peculato mediante erro de outrem	190
1.18.1.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações	191
1.18.1.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	192
1.18.1.5	Concussão	193
1.18.1.6	Excesso de exação	194
1.18.1.7	Corrupção passiva	195
1.18.1.8	Prevaricação	196
1.18.1.9	Advocacia administrativa	197
1.18.1.10	Funcionário público	198

1.18.2	Dos crimes praticados por particular contra a Administração em geral.....	199
1.18.2.1	Resistência.....	199
1.18.2.2	Desobediência	200
1.18.2.3	Desacato	201
1.18.2.4	Corrupção ativa	201
1.19	Crimes contra a administração da justiça.....	202
1.19.1	Denunciação caluniosa.....	202
1.19.2	Comunicação falsa de crime ou de contravenção	203
1.19.3	Autoacusação falsa.....	203
1.19.4	Falso testemunho ou falsa perícia	204
1.19.5	Exercício arbitrário das próprias razões.....	205
2.	TEMAS DE PROCESSO PENAL	207
2.1	Princípios constitucionais	207
2.2	Das nulidades (art. 564 do CPP).....	211
2.2.1	Princípios que regem as nulidades	212
2.3	Panorama da persecução penal	213
2.3.1	Investigação preliminar.....	213
2.3.2	Ação penal	223
2.3.3	Requisitos, condições e pressupostos processuais.....	229
2.3.3.1	Ação penal pública incondicionada.....	229
2.3.3.2	Ação penal pública condicionada à representação	231
2.3.3.3	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	233
2.3.3.4	Ação penal privada.....	233
2.3.3.5	Ação penal privada personalíssima.....	236
2.3.3.6	Ação penal privada subsidiária da pública.....	236
2.4	A defesa no processo penal.....	237
2.4.1	Apresentação das Peças	243
2.4.1.1	Fase investigatória até a propositura da ação penal (atualização pela Lei 12.403/2011).....	243
2.4.1.2	Fase da propositura da ação penal.....	246
2.4.1.3	Da ação penal até a sentença penal	247
2.4.1.4	Da sentença penal.....	250
2.4.1.5	Das decisões interlocutórias	252
2.4.1.6	Do Acórdão na 2.ª Instância	253
2.4.1.7	Do trânsito em julgado.....	256
2.4.1.8	Da fase de execução.....	257
2.4.1.9	No Juizado Especial Criminal.....	259
2.4.1.10	No Tribunal do Júri	261
2.4.1.11	Nos Tribunais Superiores.....	264
2.4.1.12	No procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (art. 513 do CPP).....	267
2.4.1.13	No procedimento dos crimes contra a honra (art. 519 do CPP).....	270
2.4.1.14	No procedimento da Lei de Tóxicos (Lei 11.343/2006).....	274
2.4.1.15	Quadro sistemático das peças processuais penais	277
2.4.1.16	Quadro sistemático das contracautelas	280
2.4.2	Endereçamentos.....	281
2.4.3	Termos empregados.....	283
2.4.4	Prazos no processo penal.....	284

3. REQUISITOS E ESTRUTURA DAS PEÇAS	285
3.1 Preliminares.....	293
4. COMO IDENTIFICAR A PEÇA	299
5. CASOS PRÁTICOS INTRODUTÓRIOS	311
6. PROCEDIMENTOS	321
7. MODELOS DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS.....	337
7.1 Notícia-Crime.....	338
7.1.1 Modelo de peça	338
7.1.2 Exercício	340
7.2 Relaxamento de Prisão	340
7.2.1 Modelo de peça	341
7.2.2 Exercícios	342
7.3 Liberdade Provisória	344
7.3.1 Modelo	349
7.3.2 Exercício	350
7.4 Revogação da Prisão Preventiva.....	351
7.4.1 Modelo	352
7.4.2 Exercício	353
7.5 Habeas Corpus	354
7.5.1 Modelo	356
7.5.2 Exercício	358
7.6 Queixa-Crime (Ação Penal Privada Propriamente Dita).....	358
7.6.1 Modelo	360
7.6.2 Exercício	361
7.7 Queixa-Crime Subsidiária ou Supletiva ou Substitutiva (Ação Penal Privada Subsidiária da Pública).....	363
7.7.1 Modelo	364
7.7.2 Exercício	366
7.8 Resposta do Acusado ou Resposta à Acusação.....	367
7.8.1 Modelo	369
7.8.2 Exercícios	371
7.9 Exceções	378
7.9.1 Modelo	380
7.9.2 Exercício	382
7.10 Alegações Finais Escritas por Memoriais.....	382
7.10.1 Modelo	383
7.10.2 Exercícios	385
8. COMO ELABORAR OS RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	393
8.1 Introdução.....	393
8.1.1 Quadro sistemático dos endereçamentos recursais.....	395
8.1.2 Quadro sistemático dos recursos no processo penal.....	396
8.2 Recurso em Sentido Estrito	397
8.2.1 Modelo	399

8.2.2 Exercícios	401
8.3 Apelação	407
8.3.1 Modelo	409
8.3.2 Exercícios	411
8.4 Apelação Supletiva	423
8.4.1 Modelo	424
8.4.2 Exercícios	426
8.5 Razões ou Contrarrazões Recursais	429
8.5.1 Modelo	429
8.6 Embargos de Declaração	430
8.6.1 Modelo	431
8.6.2 Exercício	432
8.7 Embargos Infringentes e de Nulidade	433
8.7.1 Modelo	434
8.7.2 Exercício	435
8.8 Recurso Especial	436
8.8.1 Modelo	437
8.8.2 Exercício	439
8.9 Recurso Extraordinário	440
8.9.1 Modelo	441
8.9.2 Exercício	444
8.10 Carta Testemunhável	444
8.10.1 Modelo	445
8.11 Agravo em Execução	446
8.11.1 Modelo	448
8.11.2 Exercício	450
8.12 Revisão Criminal	450
8.12.1 Modelo	452
8.12.2 Exercícios	453
9. PEÇAS DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	457
9.1 Queixa-Crime (Ação Penal Privada) no Juizado Especial Criminal	457
9.1.1 Modelo	459
9.2 Apelação no Juizado Especial Criminal	460
9.2.1 Modelo	461
9.3 Embargos de Declaração no Juizado Especial Criminal	463
9.3.1 Modelo	463
9.4 Resposta do Acusado ou Resposta à Acusação no Tribunal do Júri	464
9.4.1 Modelo	465
9.5 Defesa Preliminar no Procedimento dos Tribunais Superiores	467
9.5.1 Modelo	467
9.6 Defesa Prévia no Procedimento dos Tribunais Superiores	468
9.6.1 Modelo	469
9.7 Alegações Escritas no Procedimento dos Tribunais Superiores	470
9.7.1 Modelo	470
9.8 Reclamação no Procedimento dos Tribunais Superiores	471
9.8.1 Modelo	472
9.9 Recurso Ordinário Constitucional no Procedimento dos Tribunais Superiores	473

9.9.1 Modelo.....	474
9.10 Agravo no Procedimento dos Tribunais Superiores.....	476
9.10.1 Modelo.....	477
9.11 Defesa Preliminar no Procedimento dos Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos.....	478
9.11.1 Modelo.....	481
9.11.2 Exercício.....	482
9.12 Exceção da Verdade no Procedimento dos Crimes contra a Honra.....	482
9.12.1 Modelo.....	483
9.13 Defesa Preliminar no Procedimento dos Crimes da Lei 11.343/2006 – Lei de Tóxicos.....	484
9.13.1 Modelo.....	485
9.13.2 Exercício.....	486
9.14 Mandado de Segurança.....	488
9.14.1 Modelo.....	489
9.15 Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	491
9.15.1 Modelo.....	492
10. QUESTÕES DISCURSIVAS OFICIAIS.....	493
10.1 Exame de Ordem Unificado – 2010.2 – FGV.....	493
10.2 Exame de Ordem Unificado – 2010.3 – FGV.....	500
10.3 IV Exame de Ordem Unificado – FGV.....	508
10.4 V Exame de Ordem Unificado – FGV.....	514
10.5 VI Exame de Ordem Unificado – FGV.....	522
10.6 VII Exame de Ordem Unificado – FGV.....	528
10.7 VIII Exame de Ordem Unificado – FGV.....	534
10.8 IX Exame de Ordem Unificado – FGV.....	541
10.9 X Exame de Ordem Unificado – FGV.....	545
10.10 XI Exame de Ordem Unificado – FGV.....	549
10.11 XII Exame de Ordem Unificado – FGV.....	554
10.12 XIII Exame de Ordem Unificado – FGV.....	558
10.13 XIV Exame de Ordem Unificado – FGV.....	562
11. QUESTÕES DISCURSIVAS PENAIS INÉDITAS.....	569
12. QUESTÕES DISCURSIVAS PROCESSUAIS PENAIS INÉDITAS.....	575
13. GABARITO DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS INÉDITAS QUE ESTÃO AO LONGO DA OBRA.....	581
14. GABARITO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS PENAIS INÉDITAS.....	603
15. GABARITO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS PROCESSUAIS PENAIS INÉDITAS.....	609